



Práxis Educativa
ISSN: 1809-4309
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Carvalho, Isabel Cristina de Moura
Ética e pesquisa em Educação: o necessário diálogo internacional
Práxis Educativa, vol. 13, núm. 1, 2018, Janeiro-Abril, pp. 154-163
Universidade Estadual de Ponta Grossa

DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v13i1.0009>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89455414009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Ética e pesquisa em Educação: o necessário diálogo internacional

Ethics and Education research: the necessary international dialogue

Ética e investigación en educación: el necesario diálogo internacional

Isabel Cristina de Moura Carvalho*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar a recém lançada edição brasileira do livro *Ética e pesquisa em Educação*, de autoria de Rachel Brooks (Reino Unido), Kitty te Riele (Austrália) e Meg Maguire (Reino Unido), e iniciar um diálogo com essa obra desde o contexto brasileiro. O livro em questão é fruto de um trabalho rigoroso, voltado a subsidiar a tomada de decisões e à escolha de procedimentos éticos nas diversas situações implicadas nas pesquisas em Educação. A perspectiva ética com que operam as autoras é aquela concebida como uma postura reflexiva de cuidado com o outro, e, por conseguinte, a ética na pesquisa é entendida como a capacidade de avaliar situações ao longo de toda a investigação e tomar decisões que levem em conta os direitos, o bem-estar e as expectativas do participante da pesquisa. As autoras não desconhecem e tampouco desqualificam a perspectiva principalista da ética Biomédica, mas reconhecem os limites da pretensão de universalidade dos enquadramentos pré-determinados diante da variabilidade dos contextos culturais específicos onde as pesquisas são conduzidas. A relevância dessa publicação no Brasil está relacionada, sobretudo, à escassez de literatura no formato de livro autoral que aborde, com organicidade, as questões que vão desde a regulação até a dimensão da eticidade, como parte intrínseca da formação do pesquisador em Educação. O livro vem em boa hora, sobretudo neste momento da política científica brasileira, quando já contamos com uma normativa (Resolução N° 510/2016) voltada à especificidade das Ciências Sociais e Humanas. No entanto, ainda vivemos uma transição incompleta para estabilizar parâmetros adequados às pesquisas da área. A abertura para o diálogo internacional, nesse contexto, é fundamental para o amadurecimento do debate, a troca de experiências com os colegas pesquisadores de outros países e a avaliação de outros modelos institucionais.

Palavras-chave: Ética na pesquisa. Regulação ética da pesquisa. Integridade na pesquisa. Pesquisa em Educação.

Abstract: This work aims to present the recently published Brazilian edition of the book *Ethics and Education research*, written by Rachel Brooks (UK), Kitty te Riele (Australia) and Meg Maguire (UK), and start a dialogue with this work from the Brazilian context. The book in question is the result of a rigorous work, aimed at subsidizing decision-making and the choice of ethical procedures in the various situations involved in education research. The authors deal with the ethical perspective that is conceived as a reflexive attitude of care with the other, and therefore, the ethics in research is understood as the capacity to evaluate situations

154

* Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: <isacristmoura@gmail.com>. Agradeço ao CNPq o apoio para a realização deste trabalho através do Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

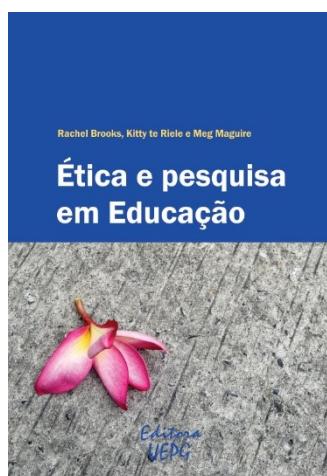
throughout the investigation and make decisions that take rights, well-being and expectations of the research participant into consideration. The authors do not ignore or disqualify the principlism perspective of Biomedical ethics, but they recognize the limits of the pretension of the universality of predetermined frameworks in relation to the variability of specific cultural contexts where research is conducted. The relevance of this publication in Brazil is related, in particular, to the scarcity of literature in the form of an authorial book that organically approaches the issues ranging from regulation to the dimension of ethics, as an intrinsic part of the researcher's education. The book comes in good time, especially at this moment of the Brazilian scientific policy when we already have a regulation (Resolution No. 510/2016) focused on the specificity of the Social and Human Sciences. However, we are still experiencing an incomplete transition to stabilize appropriate parameters to this area of research. Openness to international dialogue, in this context, is fundamental for a more mature debate, the exchange of experiences with fellow researchers from other countries and the evaluation of other institutional models.

Keywords: Ethics in research. Ethical regulation of research. Integrity in research. Research in education.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo presentar la recién lanzada edición brasileña del libro *Ética e pesquisa em Educação*, de autoría de Rachel Brooks (Reino Unido), Kitty te Riele (Australia) y Meg Maguire (Reino Unido), e iniciar un diálogo con esta obra desde el contexto brasileño. El libro en cuestión es fruto de un trabajo riguroso, acompaña la toma de decisiones y el escoger los procedimientos éticos en las diversas situaciones implicadas en la investigación en educación. La perspectiva ética con que operan las autoras es aquella concebida como una postura reflexiva de cuidado con el otro, y, por consiguiente, la ética en la investigación es entendida como la capacidad de evaluar situaciones a lo largo de toda la investigación y tomar decisiones que tenga en cuenta los derechos, el bienestar y las expectativas del participante de la investigación. Las autoras no desconocen y tampoco descalifican la perspectiva principalista de la ética Biomédica, es más reconocen los límites de la pretensión de universalidad de los encuadramientos pre-determinados dentro de la variabilidad de los contextos culturales específicos donde las investigaciones son llevadas a cabo. La relevancia de esta publicación en Brasil está relacionada, sobretodo, por la escasez de literatura en formato de libro autoral que aborde, con organicidad, las cuestiones que van desde la regulación hasta la dimensión de la eticidad, como parte intrínseca de la formación del investigador en educación. El libro llega en buena hora, sobretodo en este momento de la política científica brasileña, cuando ya contamos con una normativa (Resolución N° 510/2016) sobre las Ciencias Sociales y Humanas. Sin embargo, aún vivimos una transición incompleta para establecer parámetros adecuados a las investigaciones del área. La apertura para el diálogo internacional, en este contexto, es fundamental para la madurez del debate, el intercambio de experiencias con los colegas investigadores de otros países y la evaluación de otros modelos institucionales.

Palabras clave: Ética en la investigación. Regulación ética de la investigación. Integridad en la investigación. Investigación en educación.

Introdução



Este breve artigo tem como objetivo apresentar a recém lançada edição brasileira do livro *Ética e Pesquisa em Educação*, de autoria de Rachel Brooks (Reino Unido), Kitty te Riele (Austrália) e Meg Maguire (Reino Unido), e iniciar um diálogo, com essa obra, desde o contexto do debate brasileiro (BROOKS; TE RIELE; MAGUIRE, 2017). Trata-se de um trabalho rigoroso, voltado a subsidiar a tomada de decisões e a escolha de procedimentos éticos nas diversas situações implicadas nas pesquisas realizadas, tendo a Educação como foco. O livro publicado pela Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), traduzido por Janete Bridon, está sendo lançado, em sua primeira edição brasileira, neste início de 2018. Em sua primeira edição inglesa (2014), essa obra é parte da coleção “Métodos de Pesquisa em Educação”, publicada pela prestigiosa Editora SAGE em

parceria com a Associação Britânica de Pesquisa em Educação, a *British Education Research Association* (BERA). Da coleção, esse é o único volume dedicado à questão da ética na pesquisa em Educação. A publicação desse livro no Brasil decorre da iniciativa da Editora da UEPG e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG. A publicação desta obra é uma iniciativa extremamente oportuna neste momento decisivo do debate brasileiro sobre ética na pesquisa.

Em suas 242 páginas, o livro está organizado em 9 capítulos: 1. Introdução, 2. Teorias éticas, princípios e orientações, 3. Contextos regulatórios, 4. Design da pesquisa, 5. Consentimento esclarecido e reciprocidade, 6. Identidade, poder e posicionamento, 7. Análise de dados, 8. Disseminação, 9. Conclusões. Como se pode observar, é uma sequência bastante completa que inicia situando, nos capítulos 2 e 3, o quadro conceitual das teorias e dos princípios relativos à ética. Esses capítulos apresentam diferentes contextos regulatórios, mostrando regulações de nível internacional, nacional e regional bem como princípios orientadores dessas regulações, ora voltadas à noção de salvaguarda, que regulam o acesso aos contextos de pesquisa, ora focadas na noção de confidencialidade em relação aos dados e aos interlocutores. No entanto, o livro vai além dos marcos regulatórios e discute, do capítulo 4 ao 8, o problema da condução ética em cada etapa da pesquisa, desde o desenho metodológico e a escolha dos instrumentos de pesquisa, passando pelo consentimento esclarecido e o lugar do pesquisador na relação de pesquisa. Finalmente, aborda aspectos éticos relativos à análise dos dados e à sua difusão, no final da pesquisa.

Cada capítulo é introduzido por um exemplo que traz perguntas éticas vindas de problemas reais de pesquisa, e essa situação inicial será o fio condutor do capítulo. O livro tem uma linguagem acessível e é escrito com a intenção de dialogar com pesquisadores de diversos contextos culturais e de diferentes etapas da sua formação de pesquisa. A riqueza dos exemplos e a propriedade da discussão oferecidas no livro advêm da experiência das autoras como pesquisadoras e professoras. Rachel Brooks é Chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Surrey, no Reino Unido; Kitty te Riele é pesquisadora do Instituto Victoria de Educação, Diversidade e Aprendizagem ao longo da vida, na Universidade de Victoria, na Austrália; e Meg Maguire é Professora de Sociologia da Educação no *King's College* em Londres.

156

Uma ética situada

Um aspecto importante é o conceito de ética com que operam as autoras de *Ética e Pesquisa em Educação*. Elas concebem a ética como uma postura reflexiva de cuidado com o outro, e a ética na pesquisa como a capacidade de avaliar situações ao longo de toda a investigação e tomar decisões que levem em conta os direitos, o bem-estar e as expectativas do participante da pesquisa. As autoras não desconhecem e tampouco desqualificam a perspectiva principalista que rege a ética biomédica, mas reconhecem os limites da pretensão de universalidade dos enquadramentos pré-determinados de conduta ética diante da variabilidade dos contextos culturais específicos onde as pesquisas são conduzidas¹. Por isso, as autoras operam com uma perspectiva mais ampla que é o reconhecimento da ética como uma reflexão situada. Isto é, um processo reflexivo em que as decisões se dão a partir de uma análise fundamentada que considera os múltiplos fatores situacionais e culturais, acionados tanto no âmbito do universo científico, onde o pesquisador se filia, quanto nos mundos de vida dos grupos e das pessoas que serão parte da pesquisa. Nesse

¹ A ética principalista baseia-se em quatro princípios, a saber: o direito de escolha ou autonomia, a preocupação em evitar danos ao outro ou não-maleficência e o compromisso com o bem ou Beneficência e a Justiça. Essa teoria foi desenvolvida por Beauchamp e Childress em *Princípios da Ética Biomédica*, de 1979, como parte dos esforços do Relatório Belmont, proposto por uma Comissão designada pelo Governo dos Estados Unidos, em 1978, para elaborar uma política de controle dos experimentos abusivos da área médica que vieram a público naquela ocasião. Sobre essa perspectiva, ver De La Fare, Carvalho e Machado (2014) e Santos e Jeolás (2015).

sentido, vale retomar a definição filosófica de ética trazida por Nadja Hermann (2001), quando ela nos lembra que:

[...] do ponto de vista filosófico, a ética interpreta, discute e problematiza valores morais e a fundamentação do agir moral. Ela nasce da reflexão dos costumes e se origina no espírito grego até chegar à tematização daquilo que chamamos bem viver ou bem agir. Do entendimento do que é bem viver decorrem normas com vigência incondicional e que integram o homem na totalidade social. De modo amplo, na tradição filosófica ocidental, a ética é a busca de uma compreensão racional dos princípios que orientam o agir humano. (HERMANN, 2001, p. 15).

Assim, a conduta ética do pesquisador decorre, sobretudo, de um exercício constante da compreensão e da justificativa de sua intervenção no mundo e da sua responsabilidade com o impacto de sua ação sobre outras pessoas, paisagens, ambientes e uma miríade de existências humanas e não humanas, com vistas à produção de conhecimento científico. O agir científico, portanto, é intrinsecamente ético em toda sua duração e extensão. Para que uma pesquisa se realize, é necessário que o pesquisador, em seu “microcosmo” do agir ético, responda coerentemente ao fundo comum de eticidade ancorado em dois pressupostos fundamentais: a presença da alteridade, a presença do outro; e o reconhecimento da dignidade da pessoa humana (SEVERINO, 2014).

É preciso levar em consideração os universos de valores morais e dos costumes, nem sempre convergentes, imbricados em uma dada situação de pesquisa. Nesse sentido, é muito apropriada a posição das autoras que advertem, reiteradamente ao longo do livro, o perigo da ética na pesquisa ser reduzida aos protocolos formais dos Comitês de Ética em Pesquisa, isto é, a um conjunto de itens, termos e formulários estandardizados, que uma vez cumpridos pelos postulantes na etapa do projeto garantem a aprovação da pesquisa e podem ser considerados uma etapa superada dali em diante. Para reforçar essa perspectiva de um agir ético na pesquisa, o livro dialoga com o leitor, partindo, como já afirmado, sempre de situações reais de pesquisa. Contextos cuidadosamente selecionados da experiência das autoras com a pesquisa em Ciências Humanas e Educação, como professoras e pesquisadoras no Reino Unido e na Austrália.

O diálogo com a produção internacional

A relevância dessa publicação no Brasil está relacionada, do meu ponto de vista, principalmente a três dimensões que estão bastante articuladas. A primeira diz respeito à escassez de literatura, sobretudo no formato de uma obra autoral, que aborde as questões que vão da regulação à reflexão ética como parte intrínseca da formação do pesquisador em Educação². Nos últimos anos, a regulação da ética na pesquisa vem mudando rapidamente no Brasil, acompanhada de um acalorado debate público entre as associações de pesquisa do Centro de Ciências Humanas (CHS) e do campo Biomédico. Este último detém a hegemonia da regulação da pesquisa desde a instauração do sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) em 1996. A produção brasileira tem se dado, especialmente, a partir de artigos publicados em periódicos e livros organizados como coletâneas de artigos. Essa produção é, em boa parte, liderada pela Antropologia, um dos campos mais afetados pela matriz Biomédica da regulação da pesquisa e o primeiro a posicionar-se criticamente³. A Educação entrou um pouco

² No site da ANPEd, há uma lista bastante completa das publicações sobre ética na pesquisa em Educação. Merece destaque a publicação do *Código de Ética da Aera – Associação Americana de Pesquisa em Educação* (AERA, 2017; MAINARDES, 2017b).

³ A área de Antropologia tem se posicionado criticamente à regulação Biomédica da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais desde a implementação do sistema CEP/CONEP, publicando seus posicionamentos por meio de seminários, de artigos e de algumas coletâneas. Essa produção adensa-se no período de 2013 a 2015, com a instalação do Fórum de CHS e os enfrentamentos do GT-CHS na CONEP. São referências nesse debate as seguintes publicações: Víctora

mais tarde no debate, ocupando um lugar efetivo na disputa entre a perspectiva Biomédica e as Ciências Humanas e Sociais, sobretudo a partir de 2014. A Educação também tem acompanhado a mesma tendência da Antropologia com a publicação de artigos em periódicos, predominantemente sobre regulação da pesquisa, e algumas poucas coletâneas. Não contamos, portanto, até agora, com um livro autoral que aborde, de forma orgânica, os aspectos da regulação, da integridade e da formação ética do pesquisador em Educação no Brasil.⁴

A segunda dimensão é a necessidade de ampliarmos o horizonte do debate nacional a partir do diálogo com colegas pesquisadores de outros países e do conhecimento da experiência institucional internacional. O grau de internacionalização desse tema, no Brasil, é ainda incipiente. Há pouca literatura internacional, em língua portuguesa, que favoreça a circulação das experiências internacionais, tanto no que diz respeito à regulação ética quanto à integridade na pesquisa. Não podemos mais nos ater apenas à experiência brasileira. O conhecimento dos consensos, dos dissensos e dos modos institucionais de regular a pesquisa encontrados por outras comunidades científicas em diferentes países são muito importantes para avaliarmos nossas próprias tentativas de lidar com a ética na pesquisa no Brasil.⁵ Cada vez mais, nossa pesquisa internacionaliza-se e não podemos deixar à margem do nosso diálogo internacional um tópico tão importante como os modos de compreender e de lidar com os aspectos éticos da pesquisa. Nossa presença no cenário internacional, nesse tema, está diretamente relacionada ao reconhecimento da legitimidade e da adequação ética da pesquisa em Educação realizada no Brasil pela comunidade científica internacional.

Uma terceira dimensão é a abordagem que as autoras elegeram com ênfase na formação de pesquisadores. A produção de literatura sobre ética na pesquisa em Educação, como vimos, é relativamente recente e, sobretudo nos últimos anos, por conta da conjuntura da disputa científica, tem se voltado majoritariamente para a discussão da regulação da pesquisa. Contudo, essa dimensão é apenas um dos aspectos da questão e talvez o mais conjuntural. Para assegurar o exercício ético do fazer científico, há necessidade de olhar além da dimensão normativa que regula a pesquisa, desde fora, isto é, desde a ação externa dos dispositivos de controle como as resoluções e os CEPs. A questão mais estrutural que se apresenta é a da formação de uma postura ética como qualidade intrínseca do fazer da pesquisa e, portanto, do pesquisador. Isso significa a internalização dessa preocupação nos currículos dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação, bem como nas relações de orientação, de modo a promover a formação de uma capacidade reflexiva de caráter ético como parte fundamental da formação científica.⁶ Nesse sentido, é pertinente o caráter aplicado do livro

et al. (2004), Guerriero, Schmidt e Zicker (2008), Fleischer e Schuch (2010), Sarti e Duarte (2013), Duarte (2015, 2017), Sarti (2013, 2015), Edler (2015), Sobottka (2015), Santos e Jeolás (2015), Fonseca (2015), Mainardes (2016).

⁴ Principalmente desde a 35^a Reunião Anual da ANPED (2013), ganhou destaque, na pauta da ANPED, a questão da regulação da ética na pesquisa, o que culminou com a entrada da ANPED no Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA), em 2014, e a indicação de representantes da Educação para o GT-CHS. Desde então, a área de educação tem participado do debate público por meio de mesas redondas na ANPED, seminários e publicações. Quanto à literatura específica, desde a Educação sobre ética na pesquisa, destacam-se a coletânea organizada por Santos e Karnopp (2017) e os dossiês temáticos das Revistas Práxis (2014 e 2017) e Educação (2017), com os seguintes artigos: Mainardes (2014, 2016, 2017a), De La Fare, Machado e Carvalho (2014), Carvalho e Machado (2014), Barbosa (2014), Severino (2014), Ferraço e Carvalho (2015), Nunes (2017), Santos (2017), Faria Filho (2017) e Peixoto (2017).

⁵ Nesse sentido, destaca-se a pesquisa de Fonseca (2015) sobre a experiência dos CEPs e do sistema de regulação da pesquisa no Brasil e nos Estados Unidos da América e o trabalho de Peixoto (2017) sobre a experiência europeia, no contexto do que ele chama de uma “sociedade do consentimento”.

⁶ Nunes (2017) analisou as ementas das disciplinas dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da área de Educação disponíveis em formato digital, na Plataforma Sucupira, buscando identificar a presença de conteúdos relacionados ao tema da ética em pesquisa. Do conjunto de 8.892 disciplinas analisadas, somente 69 (0,78%) incluem o tema ética em pesquisa em suas ementas. Essas disciplinas estão distribuídas por 37 programas de Pós-Graduação em Educação, representando 21,64% do total. Como conclui o autor, esse resultado indica a necessidade urgente de garantir-se formação disciplinar e sistemática sobre o tema ética em pesquisa nos programas de Pós-Graduação em Educação.

de Brooks, Te Rietty e Maguire (2017), visto que cada capítulo é apresentado a partir de excertos de relatos de dilemas éticos encontrados no dia a dia de todo pesquisador em Educação, o que torna possível tomá-lo como uma boa referência para os cursos de metodologia da pesquisa, por exemplo. Esse caráter prático do livro garante uma reflexão encarnada nos problemas reais enfrentados pelos pesquisadores, deixando claro seu compromisso com a formação. Não se trata de um manual ou um inventário de regras e protocolos, mas, sobretudo, de um apelo à reflexão, indispensável para a formação de uma sensibilidade ética que torne possível tomar decisões adequadas e sustentá-las com bons argumentos diante dos interesses dos participantes da pesquisa e da comunidade científica. Como o leitor dessa obra perceberá, os exemplos apresentados no livro são semelhantes às situações que enfrentamos no Brasil. As autoras buscaram diversificar os exemplos e os contextos, trazendo pesquisas conduzidas por pesquisadores de várias nacionalidades e diferentes contextos culturais, de modo que não se trata de uma discussão reduzida ao mundo anglo-saxão.

Regulação, integridade e formação: entrecruzamentos e conflitos

A questão da ética da pesquisa em Educação, desdobrada nos seus aspectos da regulação, integridade e formação, tem sido cada vez mais relevante não apenas para a Educação, mas também para o conjunto das ciências humanas e sociais no Brasil. Essa atenção sobre o tema deve-se ao conflito em torno da regulação da pesquisa. Esse tem sido o pano de fundo do debate brasileiro que está dando lugar também para a discussão sobre os aspectos da integridade e da formação.

Essa tensão estruturante da disputa científica em torno dos aspectos éticos da pesquisa no Brasil remonta à instituição, em 1996, do sistema CEP/CONEP, criado pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde, CNS Nº 196 de 1996, modificada pela Resolução CNS Nº 466 de 2012, que instituiu a Plataforma Brasil (Plataforma informatizada no Ministério da Saúde onde tramita todo o processo de avaliação ética da pesquisa). A normatização da ética na pesquisa centralizada no campo da saúde instaurou um ambiente de conflitos advindo da imposição do modelo Biomédico baseado na pesquisa clínica e experimental para todas as áreas de conhecimento. A despeito dos códigos de ética já existentes nas diversas disciplinas das Ciências Humanas, tais como a Antropologia, a Psicologia, entre outras, o sistema CEP/CONEP passou a ser a única via de acreditação para análise e validação das pesquisas no Brasil. Essa universalização indevida da perspectiva Biomédica sobre as outras áreas foi denominada pelos seus críticos de “expansão sorrateira” (FONSECA, 2015) ou, ainda, “imperialismo biomédico” (DUARTE, 2015). É no contexto de oposição à regulação Biomédica da pesquisa que surge, em 2013, o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA) junto à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Esse Fórum reivindicou espaço junto à CONEP e indicou um Grupo de Trabalho (GT) para discutir uma nova regulação, desta vez adequada às Ciências Humanas e Sociais. O GT atuou dentro da CONEP no período de 2013 a 2016, e, nesses anos, dedicou-se à elaboração de uma resolução complementar que contemplasse as especificidades da pesquisa em CHS, bem como a produção de um formulário próprio para as CHS na Plataforma Brasil e de uma resolução de riscos. Os pesquisadores em Educação ocuparam uma posição de protagonismo nesse debate desde 2014, quando a Associação Nacional de Pesquisa em Educação, a ANPEd, passou a integrar o Fórum Brasileiro das Ciências Humanas e Sociais para Ética na Pesquisa, bem como o GT. Foi um período de intenso debate dentro da CONEP e também na esfera pública. Após um desgastante processo amplamente documentado pelos colegas que ali estiveram (DUARTE, 2017), resultou a aprovação da Resolução CNS Nº 510/2016. Contudo, contrariamente à posição do GT, a nova Resolução foi aprovada sem que o respectivo formulário para a Plataforma Brasil, adequado às CHS e uma resolução de riscos para as CHS, fossem igualmente sancionados. Desse modo, mesmo com a Resolução CNS Nº 510, aprovada em abril de 2016, em fevereiro de 2018, quando escrevo

esta resenha, as pesquisas em CHS vivem ainda uma situação de precariedade normativa, pois o sistema CEP/CONEP segue regulando a pesquisa sem essas duas peças fundamentais para o fluxo de autorização das pesquisas em CHS.

Desde 1996, sobretudo nos últimos anos, as CHS têm produzido uma quantidade de artigos e de coletâneas para registrar os diversos momentos e os posicionamentos no contexto dessa disputa. Em resumo, o que está em jogo é uma disputa política e epistemológica quanto à afirmação do que seja ciência, método e procedimentos científicos. Desde a visão Biomédica, tem havido pouco espaço para o reconhecimento da pluralidade epistemológica reivindicada pelas Ciências Humanas e Sociais para pesquisas de orientação interpretativa, etnográfica, narrativa, documental, entre outras abordagens que diferem profundamente da ciência clínica e experimental da Biomedicina. Não é difícil perceber como essa tensão recobre camadas e camadas de uma história de longa duração da disputa de hegemonia entre as ciências e suas rationalidades.

No que diz respeito à Educação, nosso desafio conta ainda com algumas singularidades que nos diferenciam de outras tradições dentro das Ciências Humanas. A Educação é um campo multidisciplinar e aplicado. Acionamos, em nossas pesquisas, uma multiplicidade de métodos e de teorias científicas provenientes de várias outras disciplinas. Algumas delas foram chamadas, muitas vezes, nos currículos de Pedagogia de “fundamentos da educação”, a saber: Psicologia, Antropologia, Sociologia, História, Filosofia. No entanto, a rigor, se pensarmos em termos contemporâneos, os “fundamentos” da Educação tornaram-se ainda mais abrangentes, indo além dessas áreas historicamente constitutivas do campo pedagógico. Hoje, incorporam-se novos saberes aplicados à Educação como as Neurociências e a Informática, apenas dois exemplos mais evidentes.

Dentro dessa multiplicidade metodológica que forma o ambiente da pesquisa em Educação, quais os melhores caminhos para estabelecer os parâmetros éticos da pesquisa? Há quem defende a elaboração de um Código de Ética para pesquisadores em Educação. Nós, da Comissão de assessoramento da ANPEd, organizamos um documento técnico denominado Ética e Pesquisa em Educação⁷ onde sistematizamos o debate e indicamos pontos para aprofundamento da discussão. Entendemos que ainda há um caminho a percorrer no enfrentamento de desafios que incluem os marcos regulatórios, mas não se restringem a eles. Abrangem também as questões da integridade ou boas práticas na pesquisa (plágio, autoplágio, autoria, transparência no tratamento de dados, etc.) e a formação ética do pesquisador como um processo continuado.

160

Vista como um conjunto, a condução ética da pesquisa, seja ela relativa à regulação ou à integridade, implica em conceber a pesquisa como um percurso onde a responsabilidade ética do pesquisador não cessa com a aprovação da sua pesquisa por um CEP e/ou por outras instâncias reguladoras. Nesse sentido, o livro *Ética na Pesquisa em Educação* está em forte sintonia com o que nos parece ser o caminho mais promissor para enfrentar a questão de uma ciência ética. Chega em bom momento e representa uma importante contribuição para os desafios enfrentados pela Educação, tanto no campo da política científica, quanto no plano da formação de uma sensibilidade ética a ser internalizada como parte indispensável da formação dos pesquisadores, em todos os níveis, da Iniciação Científica ao Doutorado, bem como na prática profissional continuada do educador e do pesquisador.

⁷ Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/comissao-da-anped-disponibiliza-texto-sobre-etica-na-pesquisa-em-educacao>>.

Referências

AERA. American Educational Research Association. Código de Ética da AERA. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 1041-1065, set./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v12i3.021>

BARBOSA, M. C. S. A ética na pesquisa etnográfica com crianças: primeiras problematizações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 235-245, jan./jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v9i1.0011>

BRASIL. **Resolução Nº 196/1996**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional da Saúde, 1996.

BRASIL. **Resolução Nº 466/2012**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional da Saúde, 2012.

BRASIL. **Resolução Nº 510/2016**. Ética em pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional da Saúde, 2016.

BROOKS, R.; TE RIELE, K.; MAGUIRE, M. **Ética e Pesquisa em Educação**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.

CARVALHO, I. C. de M.; MACHADO, F. V. A regulação da pesquisa e o campo biomédico: considerações sobre um embate epistêmico desde o campo da Educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-209, jan./jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v9i1.0010>

161

DE LA FARE, M.; MACHADO, F. V.; CARVALHO, I. C. de M. Breve revisão sobre regulação da ética em pesquisa: subsídios para pensar a pesquisa em Educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 247-283, jan./jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v9i1.0012>

DE LA FARE, M.; CARVALHO, I. C. de M.; PEREIRA, M. V. Ética e pesquisa em Educação: entre a regulação e a potencialidade reflexiva da formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 192-202, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.27603>

DUARTE, L. F. D. A ética em pesquisa nas Ciências Humanas e o imperialismo bioético no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 29-52, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.90>

DUARTE, L. F. D. Cronologia da luta pela regulação específica para as Ciências Humanas e Sociais da avaliação da ética em pesquisa no Brasil. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 267-286, jan./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v12i1.0015>

EDLER, F. A Húbris Bioética: rumo a uma política epistemológica? **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 95-113, jan./jun. 2015. DOI: <10.20336/rbs.95>

FARIA FILHO, L. M. de. Aula, autoria e reconhecimento: implicações para a pesquisa sobre os currículos da escola básica no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 192-202, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.27026>

FERRAÇO, C. E.; CARVALHO, J. M. Pensando as dimensões éticas, estéticas e políticas da produção e do uso de imagens nas pesquisas em Educação. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 24-36, jul./set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2015.24530>

FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Orgs.). **Ética e regulamentação na pesquisa Antropológica**. Brasília: Letras Livres; UnB, 2010.

FONSECA, C. Situando os comitês de ética em pesquisa: o sistema CEP (Brasil) em perspectiva situacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 333-369, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832015000200014>

GUERRIERO, I.; SCHMIDT, M. L.; ZICKER, F. (Orgs.). **Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

HERMANN, N. **Pluralidade e ética em Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAINARDES, J. Seção temática: Ética na Pesquisa: Apresentação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 197-198, jan./jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v9i1>

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em Educação: desafios atuais. In: CARVALHO, M. V. C. de; CARVALHÉDO, J. L. P.; ARAUJO, F. A. M. **Caminhos da Pós-Graduação em Educação no Nordeste do Brasil**: avaliação, financiamento, redes e produção científica. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 73-82. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jefferson_Mainardes>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em Educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 160-173, maio/ago. 2017a. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.26878>

MAINARDES, J. Comentários sobre o Código de Ética da AERA. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 1066-1070, set./dez. 2017b. DOI: <10.5212/PraxEduc.v12i3.022>

NUNES, J. B. Formação para a ética em pesquisa: um olhar para os programas de pós-graduação em Educação. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 183-191, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.26889>

PEIXOTO, P. Ética e regulação da pesquisa nas Ciências Sociais na sociedade do consentimento. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 150-1592, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.27005>

SANTOS, L. A. C.; JEOLÁS, L. Uma Comissão Nacional de Ética na Pesquisa, as Ciências Biomédicas e as Ciências Humanas: trespassing à brasileira. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 239-259, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.102>

SANTOS, L. H. S. dos. Por um babelismo ético na Educação: reflexões acerca das implicações e possibilidades de se proceder à ética coconstitutiva dos modos de se fazer pesquisa. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 174-182, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.26550>

SANTOS, L. H. S.; KARNOPP, L. B. (Orgs.). **Ética e pesquisa em Educação:** questões e proposições às Ciências Humanas e Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SARTI, C. A ética em pesquisa transfigurada em campo de poder: notas sobre o sistema CEP/Conep. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 77-96, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.94>

SARTI, C.; DUARTE, L. F. D. (Orgs.). **Antropologia e ética:** desafios para a regulamentação. Brasília: ABA, 2013.

SEVERINO, A. J. Dimensão ética da investigação científica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v9i1.0009>

SOBOTTKA, E. A. Regulamentação, ética e controle social na pesquisa em Ciências Humanas. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 51-77, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.93>

VÍCTORA, C. et al. (Orgs.). **Antropologia e ética:** o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.

Recebido em 20/01/2018

Aceito em 25/02/2018

Publicado na versão online em 28/02/2018